

Bruxelas, 15 de Setembro de 2007

Ministros das Finanças dos países da UE e da região mediterrânica discutem a melhor forma de aumentar o crescimento e criar emprego

Os Ministros das Finanças da União Europeia reuniram-se em 15 de Setembro na cidade do Porto com os seus homólogos do Sul do Mediterrâneo para discutirem a melhor forma de alcançar um crescimento sustentável mais elevado e de criar mais emprego. Embora subsistam desafios importantes, nomeadamente elevados níveis de desemprego, observa-se igualmente uma tendência gradual, mas visível, no sentido de inverter esta situação na maior parte dos países mediterrânicos. Os Ministros concordaram em lançar uma rede euromediterrânica de peritos em finanças públicas num esforço para partilhar experiências e as melhores práticas em matéria de política orçamental.

Ao acolher os seus homólogos na conferência ministerial euromediterrânica, que se realizou no prolongamento de uma reunião Ecofin informal, o Ministro das Finanças português, Fernando Teixeira dos Santos, sublinhou a importância da parceria euromediterrânica, tendo declarado que: «os nossos debates mostram que enfrentamos os mesmos desafios e que temos muito a aprender uns com os outros no respeitante à execução das reformas estruturais. Reiteramos o nosso empenho em reforçar a nossa parceria e em criar um espaço comum de paz, estabilidade e prosperidade económica, no espírito do processo de Barcelona».

«As nossas políticas nacionais devem cada vez mais ter em conta a globalização e envidar esforços vigorosos a fim de aplicar as reformas necessárias à supressão dos obstáculos ao investimento, à inovação e à criação de emprego. Esta abordagem é válida não só para os países mediterrânicos, onde o desemprego, sobretudo entre as camadas mais jovens, é inaceitavelmente elevado, como também para a UE, onde o envelhecimento da população torna estas reformas ainda mais urgentes», declarou Joaquín Almunia, Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Monetários.

A 3ª reunião ministerial Euro-Med permitiu a troca de experiências sobre a forma de aumentar o potencial de crescimento e de criar emprego. Os Ministros das Finanças concordaram igualmente em lançar uma rede euromediterrânica de peritos em finanças públicas, tendo em vista o intercâmbio das melhores práticas em matéria de políticas orçamentais sólidas, condição fundamental para melhorar o desempenho económico. Os parceiros mediterrâneos representados eram a Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia, Cisjordânia e Gaza. A Turquia estava igualmente representada. Os Ministros concentraram-se nas finanças públicas e nas reformas económicas, assim como na criação de mercados financeiros eficientes. Foi a primeira vez que a reunião Euro-Med se realizou imediatamente após e no mesmo lugar do Conselho informal ECOFIN.

Nos últimos anos, os países mediterrânicos têm vindo a revelar uma melhoria em termos de desempenho económico, graças, em especial, aos progressos graduais mas concretos das reformas. Em alguns sectores, como a abertura do comércio, nomeadamente no que respeita à redução dos direitos aduaneiros, a maioria dos países da região avança mais rapidamente do que o resto do mundo. No respeitante às condições relacionadas com a actividade empresarial, as reformas lançadas na região avançam igualmente a um ritmo mais rápido do que no resto do mundo, nomeadamente no referente a certos aspectos essenciais da melhoria do ambiente empresarial, que se prendem com a execução de contratos e a criação de empresas.

O crescimento económico nos países parceiros mediterrânicos aumentou para 4,8% em 2006, sendo este o quarto ano consecutivo de crescimento bem acima dos 4%; os números oficiais do desemprego, embora continuem elevados (acima dos 12%), registaram uma descida pelo segundo ano consecutivo; a inflação manteve-se moderada em torno dos 4%; registou-se um afluxo do investimento directo estrangeiro (IDE), alimentado, em parte, por elevados excedentes no sector do petróleo nos países exportadores¹.

Contudo, para reduzir o desemprego - provavelmente o principal desafio a enfrentar pela região mediterrânica em matéria de desenvolvimento -, há que obter novos progressos, pelo que os países parceiros deveriam aproveitar o actual ambiente favorável para acelerarem as reformas. O mesmo é válido para a UE, que deve encontrar uma solução para o problema do envelhecimento da população.

Foram igualmente realizados progressos na área da consolidação orçamental. Contudo, os elevados níveis dos défices e da dívida pública continuam a constituir uma ameaça à estabilidade macroeconómica, aumentando a pressão sobre a política monetária e a vulnerabilidade aos choques externos e reduzindo a margem para despesas mais elevadas em áreas susceptíveis de promover o crescimento, o emprego e a redução da pobreza. A este respeito, e tal como na Europa, há que modernizar os sistemas e as instituições orçamentais, a fim de melhorar os resultados financeiros e aumentar a eficácia, a transparência e a responsabilidade da intervenção pública.

Os parceiros mediterrânicos concordaram em conceder especial atenção às seguintes áreas:

- 1) reduzir ainda os défices orçamentais e a dívida pública
- 2) melhorar o ambiente empresarial, nomeadamente a independência e eficiência dos tribunais em matéria de execução dos contratos
- 3) promover o comércio intra-regional, o investimento e a integração económica, nomeadamente através de infra-estruturas e da convergência das regras e
- 4) modernizar a governação, nomeadamente através do aumento da responsabilidade do sector público e da luta contra a corrupção.

¹ Para obter mais informações sobre a evolução económica recente nos países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança, em especial os países mediterrânicos, consultar o seguinte endereço:

http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/occasional_papers/2007/occasionalpapers30_en.htm

Contexto

A UE presta uma assistência importante, nomeadamente financeira, através da redinamização do processo de Barcelona e da Política Europeia de Vizinhança (PEV). A PEV pretende transformar os modos tradicionais de cooperação e de comércio existentes nas relações euromediterrânicas numa integração económica mais aprofundada, designadamente através da perspectiva de participação no mercado interno da UE. No período 2003-2006, a UE contribuiu com cerca de 2,8 mil milhões de euros por ano para o apoio financeiro da região. Este apoio é canalizado através do programa MEDA e da FEMIP, que financia projectos na proporção de 2 mil milhões de euros por ano. No quadro das Perspectivas Financeiras da UE para 2007-2013, os montantes atribuídos ao instrumento de Política Europeia de Vizinhança, atingiram 12 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 45% em relação ao montante actualmente disponível para os países do Sul do Mediterrâneo e da Europa Oriental.